



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

00600.037298/2018-J2
02.01.02.10
(2/50/E)

Junte-se ao processo nº 17

Comissão de Educação
Cultura e Esporte

nº 17, de 18

Em 26 MAR, 2018

Senador Helio José

Em 28 de fevereiro de 2018

Of. CM/GP Nº 044/2018

Exmo. Senhor Senador

EUNÍCIO OLIVEIRA

Prezado Senhor,

Encaminho a Vossa Senhoria, cópia da **MOÇÃO Nº 028/2018**, de autoria nobre Edil **TIAGO CÉSAR COSTA**, aprovada pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2018.

Atenciosamente,


ENGENHEIRO AGRÔNOMO JORGE SETOGUCHI

Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

ASSUNTO: MOÇÃO DE APOIO ao Projeto de Lei conhecido como “Lei Lucas” em tramitação no Congresso nacional, que institui a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados Voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental a Capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros.

DESPACHO APROVADA, NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES 26 02 18


PRESIDENTE DA MESA

MOÇÃO Nº 28 / 2018

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES VEREADORES e VEREADORAS,

CONSIDERANDO que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Nº 9468/2018, de autoria do deputado federal Ricardo Izar (PP/SP), que prevê a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental a capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros.

CONSIDERANDO que a proposta surgiu graças aos esforços do movimento social chamado “Vai Lucas”, liderado por Alessandra Begalli Zamora e Andrea Zamora Bettati, mãe e tia, respectivamente, de Lucas Begalli Zamora, um jovem de 10 anos de idade que faleceu em setembro de 2017.

CONSIDERANDO que no dia 27 de setembro passado, Lucas foi com o colégio particular em que estudava em Campinas a um passeio de estudo na Fazenda Ibicaba, vizinha à Limeira.

CONSIDERANDO que no local foi servido, na hora do lanche, um cachorro-quente, o que levou Lucas a engasgar com um pedaço de salsicha, onde não recebeu os primeiros socorros de forma rápida e adequada e morreu por asfixia mecânica, no dia 29 de setembro.

CONSIDERANDO que essa tragédia levou vários segmentos sociais a uma reflexão sobre o quanto as crianças estão realmente seguras nos locais que frequentam.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CONSIDERANDO que a fatalidade motivou as irmãs a criarem a página em uma rede social e que atualmente conta com mais de 130 mil apoios, onde passaram a lutar pela aprovação da chamada Lei Lucas no âmbito federal.

CONSIDERANDO que durante a mobilização realizada em cidades da região, a proposta foi crescendo e atualmente consta a apresentação de projetos em mais de 300 cidades e sete estados.

CONSIDERANDO que há nesta Casa de Leis um projeto de minha autoria, protocolado no dia 2 de outubro, poucos dias após o falecimento de Lucas, que versa sobre a obrigatoriedade da adoção de treinamento em primeiros socorros aos profissionais da rede escolar em todo o Município de Limeira e estabelece o "Selo Lucas Begalli Zamora" às escolas participantes.

CONSIDERANDO que pela proposta apresentada no Congresso Nacional, os cursos serão de periodicidade anual e deverão ser atendido por todos os professores e funcionários das unidades de ensino e recreação, sem prejuízo de suas atividades ordinárias, ministrados por entidades municipais ou estaduais, especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população.

CONSIDERANDO que estatísticas mostram que acidentes com crianças e adolescentes, tidos equivocadamente como de baixa periculosidade, têm levado muitos jovens a sequelas irremediáveis ou até mesmo à fatalidade.

CONSIDERANDO que profissionais de saúde afirmam que um número expressivo desses acidentes poderiam ser amenizados se, diante da verificação do acidente, ocorrer uma imediata prestação de auxílio básico ao jovem ou criança por parte de um adulto previamente treinado em procedimentos básicos de primeiros socorros.

CONSIDERANDO que a capacitação responsável da população leiga, especialmente aqueles que estão diretamente envolvidos na atenção às crianças e adolescentes, é uma forma de garantir atendimento emergencial qualificado até a chegada de profissionais da saúde, sem transferir ao primeiro grupo a responsabilidade exercida pela classe médica, mas auxiliando no socorro até sua chegada efetiva.

CONSIDERANDO, enfim, que as propostas apresentadas visam unicamente garantir mais segurança e tranquilidade às crianças, pais, mães e profissionais da área educacional para lidarem de maneira responsável e gabaritada diante de imprevistos que possam vir a acontecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requeremos à Mesa, na forma regimental de estilo depois de ouvido o Douto Plenário, e de acordo com o **Art. 162**, combinado com **Art. 152 § 2**, do *Regimento Interno Vigente*, seja registrado em ata de nossos trabalhos **MOÇÃO DE APOIO** ao PL N° 9468/2018 da Câmara dos Deputados. Peço ainda que, seja encaminhada cópia aos Excelentíssimos Senhores Senador Eunício Oliveira (Presidente do Senado Federal) e o Deputado Federal Rodrigo Maia (Presidente da Câmara dos Deputados).

Sala das Sessões "Vereador Santo Rótolli", aos 26 de fevereiro de 2018.


VEREADOR DR. DIAGO CESAR COSTA


VEREADOR MOACIR GENÁRIO


VEREADOR ALEXANDRE CINTRA


VEREADOR ANDRÉ ALBEJANTE MAZON


VEREADOR CINOÊ DUZO


VEREADOR MARCOS ANTONIO FRANCO


VEREADOR GERALDO VICENTE BERTANHA


VEREADOR ORLANDO APARECIDO MAGALHÃES


VEREADORA MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS


VEREADOR CRISTIANO GAIOTO


VEREADOR DR. GERSON LUIS ROSSI JÚNIOR


VEREADOR JORGE SETOGUCHI


VEREADOR LUIS ROBERTO TAVARES


VEREADOR LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE


VEREADOR SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE


VEREADORA SONIA REGINA RODRIGUES


VEREADOR MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ


PALOMINO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 30 de abril de 2018.

Senhor Jorge Setoguchi, Presidente da Câmara Municipal
de Mogi Mirim – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, o Of. CM/GP Nº 044/2018, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2018, que *“Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros.”*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132751>.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa